

Sinal vermelho

Apesar da habilidade com que evitou as perguntas sobre o relacionamento do RMDB com o Governo, o presidente Ulysses Guimarães não escondeu, na entrevista coletiva, suas apreensões com o aumento da inflação, que, acentuou, está em "nível perigoso". Há dias, em debate na TV, o senador Jarbas Passarinho frisou que a possibilidade de a inflação anual ultrapassar 1.000% é muito grave, já que poderá haver uma convulsão social.

Ulysses e Passarinho, políticos que colocam a atenção pública acima de quaisquer pretensões, não são radicais. Situam-se, ao contrário, na faixa do centro-liberal com inclinações sociais. Não são, também, opositores do Governo. Enquadram-se na faixa dos amigos independentes, dos que não desejam ver o circo pegar fogo. Nenhum está satisfeito com o Governo, mas ambos evitam as críticas contundentes para não agravar as dificuldades nacionais que, sabem, estão aumentando.

A advertência que fazem deve, pois, ser considerada. Toda inflação descontrolada tem consequências políticas graves, porque o desespero conduz primeiro à teoria do salve-se quem puder e, depois, à esperança em um salvador. Assim tem sido ao longo da História. Assim começa a ser entre nós, quando, como disse o presidente Ulysses, já se está sem saber o que é aumento justo, necessário, e o que decorre de "deslavada especulação".

Não se chegou, ainda, ao nível da República de Weimar, que terminou em Hitler, nem à disparada inflacionária da Bolívia, tão prejudicada pelos sucessivos golpes e revoluções. E, no entanto, evidente que nem Ulysses nem Passarinho estão, com a responsabilidade que têm, vendo fantasmas. Eles sentem que a sociedade está inquieta, desanimada, com todos os setores considerando-se prejudicados, o que facilita a ação dos demagogos e dos aventureiros. E por isso, sem dúvida, que nas pesquisas sobre a Presidência da República estão despontando candidatos menos responsáveis.

O combate à inflação é o primeiro dever do Governo. Não importa quem vencerá as eleições, nem se este ou aquele governador ou ministro está interessado em pôr seu nome em placa ou em distribuir obras. Não há que preservar empresas falidas, nem conceder financiamentos generosos, a fundo perdido, para estados e municípios endividados, que nem sequer comprovaram a aplicação correta de recursos anteriores.

O sacrifício deveria ser de todos; não é. Enquanto a classe média está morrendo, os empresários enriquecem. Enquanto o salário mínimo de hoje equivale a 34,5% do pago em 1940, o Estado desperdiça recursos. Ulysses e Passarinho advertiram porque sabem que o povo não suporta mais e que o sinal está vermelho.